

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Credenciamento de Leiloeiro Oficial para estruturação e realização de leilões eletrônicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, incluindo nessa contratação o levantamento dos bens, avaliação e vistoria, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visitação, elaboração e publicação do edital, divulgação (propaganda e marketing) e realização do leilão, bem como organização e emissão de todos os procedimentos dele decorrentes, tais como: atas, relatórios, recibos de arrematação e conclusão, entre outras atividades pertinentes à realização do leilão, sempre em conformidade com a legislação pertinente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID. DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	3972	Prestação de serviços de estruturação e realização de leilões, presenciais e/ou eletrônicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, incluindo nessa contratação o levantamento dos bens, avaliação e vistoria, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visitação, elaboração e publicação do edital, divulgação (propaganda e marketing) e realização do leilão, bem como organização e emissão de todos os procedimentos dele decorrentes, tais como: atas, relatórios, recibos de arrematação e conclusão, entre outras atividades pertinentes à realização do leilão sempre em conformidade com a legislação pertinente.	Unidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Será segurado aos Leiloeiros credenciados, quando da participação no leilão, um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens arrematados, conforme determinado no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981, de 1932 (com redação dada pelo Decreto nº 22.427, de 1933), garantindo uma remuneração justa e equitativa pelos seus serviços.					



1.1.1. O Município de Barão de Cocais/MG, não possui a previsão de quantos leilões serão realizados durante a vigência do credenciamento, podendo realizar tantos quanto julgar necessários, seguindo os critérios de seleção a serem estabelecidos no instrumento convocatório.

1.1.1.1. O Departamento de Controle Patrimonial estima, contudo, a realização de quatro leilões ao longo dos próximos 24 meses.

1.1.2. O credenciamento poderá ser realizado pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação do Edital, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se ainda as demais condições previstas no instrumento convocatório.

1.1.2.1. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a 12 (doze) meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, nos termos do § 1º art. 76 do Decreto Municipal n. 247/2023.

1.1.3. O prazo de vigência contratual terá início na data de sua assinatura e permanecerá válido durante o período remanescente de vigência do edital de credenciamento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.4. O Termo de Credenciamento/Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.1.5. O credenciamento do proponente não constitui obrigatoriedade de contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, ao longo dos anos, diversos bens móveis do município tornaram-se ociosos, irrecuperáveis ou antieconômicos, deixando de atender ao interesse público. Considerando a quantidade significativa de bens sem uso e a inviabilidade da manutenção de alguns deles, torna-se necessária a alienação desses ativos de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente.

2.2. Diante desse cenário, a concretização desta contratação viabilizará a venda dos bens inservíveis atualmente armazenados em depósitos e garagens municipais, permitindo a liberação de espaços físicos e promovendo uma gestão mais racional e eficiente do patrimônio público. Além disso, a alienação desses bens representa uma oportunidade para a obtenção de recursos financeiros que poderão ser direcionados a áreas prioritárias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população.



2.3. Ademais, considerando a inexistência de um servidor municipal qualificado para exercer a função de leiloeiro, torna-se imprescindível a contratação de um profissional devidamente habilitado, com conhecimento técnico e experiência na condução de leilões, assegurando a realização do certame de forma eficaz, transparente e em conformidade com as exigências legais. E em observância ao disposto no art. 5º do Decreto nº 660, de 29 de julho de 2025 — o qual estabelece que o Município de Barão de Cocais deve priorizar a realização de leilões por intermédio de leiloeiro oficial, ressalvada a hipótese em que, mediante análise devidamente justificada e fundamentada, demonstre-se ser mais vantajosa a execução por servidor municipal — conclui-se pela necessidade de contratação de profissional terceirizado.

2.4. A decisão pela contratação fundamenta-se nos seguintes aspectos:

2.4.1. Em primeiro lugar, a realização de um leilão exige conhecimentos técnicos e habilidades específicas para assegurar um processo justo, transparente e em conformidade com a legislação vigente. O leiloeiro profissional possui a expertise necessária, dominando todas as etapas do procedimento, desde a catalogação dos bens até a definição das regras e normas aplicáveis. Sua atuação garante o cumprimento dos princípios da administração pública e da legalidade no certame.

2.4.2. Ademais, a contratação de um leiloeiro externo contribui para a imparcialidade e a transparência do processo de alienação dos bens públicos, uma vez que esse profissional atua de forma independente e neutra, reduzindo o risco de interferências internas que possam comprometer a lisura do leilão. Esse fator fortalece a credibilidade da administração pública perante a sociedade, mitigando eventuais questionamentos ou impugnações ao procedimento.

2.4.3. Outra vantagem refere-se ao amplo conhecimento de mercado que um leiloeiro profissional detém, permitindo-lhe identificar potenciais compradores e adotar estratégias eficazes de divulgação do evento. Isso possibilita a ampliação do número de participantes e, conseqüentemente, a maximização da arrecadação para a administração municipal.

2.4.4. Além dos benefícios mencionados, a terceirização desse serviço resulta em uma significativa redução de custos, uma vez que elimina a necessidade de investimentos na capacitação de servidores para desempenhar essa função específica. Adicionalmente, a experiência do leiloeiro pode contribuir para a obtenção de melhores resultados financeiros para o município, viabilizando investimentos em áreas prioritárias.

2.5. Ressalte-se que a contratação de leiloeiros oficiais não implica custos diretos para a administração pública, uma vez que a remuneração do profissional é fixada em 5% sobre o valor do arremate, conforme previsto no §1º art. 7º do Decreto Municipal n. 660/2025. Esse



fator inviabiliza a competição, o que justifica a adoção do procedimento de inexigibilidade por meio do credenciamento.

2.6. Em síntese, o credenciamento do leiloeiro é fundamental para viabilizar a realização do leilão público, permitindo o desfazimento adequado dos bens móveis inservíveis do município de Barão de Cocais. Essa medida possibilitará a otimização da gestão do patrimônio público e o retorno financeiro para o município, garantindo maior eficiência na alocação de recursos e beneficiando diretamente a administração pública e a comunidade local.

2.7. Adicionalmente, ressalta-se que a administração pública anterior (2021-2024) realizou três leilões oficiais por meio da Inexigibilidade nº 44/2023 – Processo Licitatório nº 120/2023, no qual foi arrecadado o montante de R\$ 1.666.600,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais).

2.8. Esta Administração, por meio de levantamento realizado pela Comissão de Patrimônio do Município, identificou novos bens inservíveis passíveis de alienação, justificando a necessidade de realização de novos leilões.

2.9. Com a implementação do credenciamento de leiloeiros oficiais, conforme delineado neste documento, a Administração Pública Municipal de Barão de Cocais/MG busca alcançar benefícios diretos e indiretos, especialmente voltados à otimização dos processos de alienação de bens móveis inservíveis de sua titularidade.

2.10. Entre os principais resultados esperados com a contratação dos serviços de leiloeiro oficial por meio de credenciamento, destacam-se:

2.10.1. Redução de custos operacionais, considerando que os procedimentos de guarda, controle, vigilância e destinação de bens inservíveis geram encargos financeiros e logísticos recorrentes ao erário;

2.10.2. Prevenção do perdimento de bens em razão de obsolescência, deterioração, vandalismo ou má conservação, viabilizando sua alienação em momento oportuno e maximizando o retorno financeiro ao Município;

2.10.3. Prolongamento do ciclo de vida útil dos bens, possibilitado por sua reutilização por terceiros, em consonância com os princípios da economia circular e da sustentabilidade ambiental, evitando o acúmulo de resíduos e mitigando os impactos ambientais decorrentes do descarte prematuro de materiais e equipamentos;

2.10.4. Efetivação da política de desmobilização de ativos inservíveis, com a consequente destinação dos recursos arrecadados ao Tesouro Municipal ou a fundos específicos, ampliando a capacidade de investimento em áreas prioritárias como saúde, educação, infraestrutura e assistência social;



2.10.5. Fortalecimento da transparência, publicidade e controle social, uma vez que os leilões serão conduzidos por profissionais habilitados, com ampla divulgação dos atos e possibilidade de fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade civil.

2.11. Assim, a contratação ora proposta tem caráter estratégico ao transformar bens patrimoniais inservíveis — que hoje representam custos e riscos à Administração — em recursos financeiros úteis. Trata-se de solução administrativa moderna, eficiente e juridicamente segura, que promove economicidade, reforça a transparência e contribui para o fortalecimento da gestão pública municipal.

Previsão da contratação

2.12. A gestão pública anterior (2021–2024) promoveu três leilões oficiais. Nesse sentido, compreende-se que a presente contratação não integra o Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, uma vez que a necessidade de novo leilão decorreu de levantamento realizado por esta Administração, no qual foram identificados bens inservíveis adicionais passíveis de alienação.

2.13. Ressalte-se, contudo, que o objeto em questão encontra-se devidamente contemplado na Lei Orçamentária Anual nº 2.157, de 19 de dezembro de 2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.136, de 29 de maio de 2024, bem como no Plano Plurianual do Quadriênio 2022–2025, instituído pela Lei nº 1.986, de 14 de dezembro de 2022, assegurando, assim, a legalidade e a viabilidade da contratação.

2.14. Dessa forma, a realização do leilão revela-se compatível com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração (SMPL), promovendo uma gestão patrimonial eficiente, a adequada destinação dos bens inservíveis e a otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que norteiam a administração municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Trata-se de credenciamento de Leiloeiro Oficial para estruturação e realização de leilões eletrônicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, incluindo nessa contratação o levantamento dos bens, avaliação e vistoria, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visitação, elaboração e publicação do edital, divulgação (propaganda e marketing) e realização do leilão, bem como organização e emissão de todos os procedimentos dele decorrentes, tais como: atas, relatórios, recibos de arrematação e conclusão, entre outras atividades pertinentes à realização do leilão, sempre em conformidade com a legislação pertinente.



3.2. Trata-se de serviço comum, não contínuo ou por escopo: aquele que impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período pré-determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

3.3. A contratação se dará através de credenciamento de Leiloeiros Oficiais.

3.4. O critério de julgamento adotado para escolha da proposta mais vantajosa na modalidade leilão será o de maior lance.

3.5. No âmbito do Município de Barão de Cocais, a licitação na modalidade leilão, realizada preferencialmente em forma eletrônica e, de maneira excepcional, presencial, destinada à alienação de bens imóveis, bem como de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 660, de 29 de julho de 2025, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo suas disposições ser observadas de forma estrita pelo Leiloeiro Oficial.

3.6. A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, entre seus objetivos, a busca pela solução ou contratação mais vantajosa para as compras públicas, especialmente na fase preparatória do processo licitatório, considerando o ciclo de vida do objeto, conforme disposto no art. 11, inciso I, e no art. 18, inciso VIII, do referido diploma legal.

3.7. De acordo com o art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados. O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3.8. Em observância a esses preceitos, realizou-se análise criteriosa das alternativas disponíveis no mercado para a alienação de bens públicos pelo Município de Barão de Cocais/MG. Concluiu-se que a forma mais adequada, vantajosa e juridicamente correta é a realização por meio de credenciamento de leiloeiros oficiais. Tal modalidade se mostra compatível com a natureza do serviço, que não demanda exclusividade, permitindo a atuação simultânea de vários profissionais, em conformidade com os princípios da impessoalidade, isonomia e ampla concorrência.

3.9. O credenciamento público, por sua vez, distingue-se das modalidades licitatórias tradicionais, uma vez que não possui caráter competitivo, mas sim cadastral, voltado à formação de um rol de profissionais aptos, cuja convocação ocorrerá de acordo com a conveniência e a necessidade da Administração. Essa característica torna o instrumento mais eficaz para atender às demandas relacionadas à alienação patrimonial.



3.10. Dessa forma, deverá ser promovido o credenciamento público de todos os leiloeiros interessados que possuam registro válido na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), mediante comprovação dos requisitos legais, fiscais, técnicos e operacionais exigidos em edital. Após habilitação, os profissionais credenciados estarão aptos a serem convocados sempre que houver necessidade, nos termos da legislação aplicável, em especial o Decreto-Lei nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

3.11. Ressalte-se que essa solução promove economicidade, transparência, celeridade e isonomia, possibilitando à Administração contar com uma base permanente de leiloeiros prontos para atuar conforme as peculiaridades de cada situação de alienação patrimonial, assegurando maior agilidade na gestão de seus ativos.

3.12. Portanto, a realização de credenciamento de leiloeiros oficiais regularmente inscritos na JUCEMG mostra-se não apenas juridicamente adequada, mas também tecnicamente recomendável, atendendo aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, moralidade e publicidade.

3.13. O Município de Barão de Cocais/MG, não possui a previsão de quantos leilões serão realizados durante a vigência do credenciamento, podendo realizar tantos quanto julgar necessários, seguindo os critérios de seleção a serem estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento convocatório. O Departamento de Controle Patrimonial estima, contudo, a realização de quatro leilões ao longo dos próximos 24 (vinte e quatro) meses.

3.14. A fim de garantir uma avaliação criteriosa e transparente dos itens a serem submetidos a leilão, será necessária a instituição de uma comissão responsável pela definição dos valores iniciais. Destaca-se que tais valores não seguem uma padronização prévia, sendo estabelecidos por meio de um processo minucioso e colaborativo. Para tanto, a comissão atuará em conjunto com o leiloeiro oficial devidamente credenciado, assegurando que a precificação inicial reflita de forma precisa o valor real dos bens.

3.15. A composição dessa comissão é de fundamental importância, pois caberá a ela considerar uma ampla gama de fatores intrínsecos e extrínsecos na determinação dos valores iniciais dos itens. Entre os aspectos a serem analisados, incluem-se a precificação de mercado, a condição atual de cada bem, a expectativa de demanda e outras variáveis relevantes que possam influenciar a atratividade dos itens no leilão.

3.16. Ademais, o processo de definição desses valores iniciais deve ser conduzido de maneira estratégica e customizada. A interação entre a comissão e o leiloeiro tem por objetivo assegurar que os valores atribuídos estejam alinhados ao valor intrínseco de cada bem, bem como às dinâmicas e tendências do mercado de leilões. Tal abordagem busca maximizar a competitividade entre os participantes do leilão, estimulando a obtenção de lances mais vantajosos e garantindo o melhor aproveitamento dos ativos leiloados.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para a contratação em questão, o Leiloeiro Oficial credenciado deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Ser cidadão brasileiro e estar em gozo dos direitos civis e políticos;
- b) Possuir regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública;
- c) Possuir capacidade técnica e operacional para operar leilões públicos na forma presencial ou eletrônica;
- d) Provar situação regular na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

4.2. O Município contratante terá a responsabilidade de dar publicidade do leilão no Diário Oficial da União/Municípios e no PNCP, enquanto que a Contratada/Leiloeiro terá a responsabilidade de elaborar os Avisos de Leilões, distribuir os Catálogos Oficiais, realizar medidas para divulgar a realização dos leilões (panfletagem, faixas, cartazes, banners, etc.), disponibilizar informações sobre os leilões na internet, possibilitando a visualização e características dos respectivos lotes, enfim, fazer o que for necessário para a divulgação do Evento.

4.3. O leiloeiro contratado deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

Sustentabilidade

4.4. A presente contratação não acarreta impactos ambientais relevantes. Todavia, caberá ao credenciado a responsabilidade pela destinação adequada de todos os resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços. Cumpre destacar, ainda, que a realização de leilões públicos configura alternativa sustentável, na medida em que promove o reaproveitamento de bens, prolonga seu ciclo de vida útil e evita o acúmulo de materiais obsoletos em depósitos municipais — situações que poderiam resultar na formação de resíduos sólidos e em impactos ambientais negativos. Assim, a medida revela-se plenamente compatível com os princípios da economicidade, da eficiência e, em especial, da sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar:

4.6.1. A Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 96 e seguintes, estabelece a possibilidade de exigência de garantia de execução contratual, conferindo à Administração a faculdade de adotar tal medida quando a natureza e o risco do objeto contratado assim recomendarem. No entanto, tal exigência não é obrigatória, devendo ser avaliada caso a caso. No presente caso, trata-se da contratação de leiloeiro oficial, cuja atividade é caracterizada pela baixa complexidade técnica, não envolvendo obras, serviços de engenharia ou fornecimentos que demandem mobilização de estruturas complexas ou elevada capacidade de execução. O leiloeiro oficial atua de forma direta e pessoal, sendo responsável pela condução do leilão e pelo repasse dos valores arrecadados, cabendo-lhe inclusive responsabilidade civil e criminal por eventual descumprimento de suas obrigações. Além disso, sua remuneração decorre exclusivamente de comissão incidente sobre o resultado obtido com a venda dos bens, inexistindo desembolso antecipado de recursos públicos que justifique a necessidade de proteção adicional por meio de garantia contratual. Dessa forma, não se verifica risco relevante de inadimplemento que possa comprometer a execução do objeto ou acarretar prejuízo à Administração, razão pela qual a exigência de garantia de execução contratual mostra-se desnecessária. A decisão de dispensar tal exigência encontra amparo na própria legislação, atende aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade e reflete a adequação da medida à natureza do contrato em questão.

5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações da **CREDENCIANTE**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

5.1.1. Quando de responsabilidade da Credenciante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução do objeto;

5.1.2. Fornecer à **CREDENCIADA** todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;

5.1.3. Enviar a Autorização de fornecimento à **CREDENCIADA**;



- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações da Credenciada, através de servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital, com contrato e seus anexos;
- 5.1.6. Notificar a Credenciada, por escrito ou verbalmente, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 5.1.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.1.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.9. Efetuar os pagamentos à Credenciada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.1.11. Solicitar ao contratado a emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.12. Dar condições de acesso aos interessados para visitação dos bens a serem apregoados.
- 5.1.13. Providenciar as publicações obrigatórias (editais) dos leilões a serem realizados.
- 5.1.14. Após até 10 (dez) dias úteis a contar da data do pagamento do preço do(s) bem(ns) arrematado(s) e do valor devido ao Contratado, entregar ao(s) arrematantes(s)/procurador(es), o(s) bem(ns) devido(s), nas condições ofertadas, bem como as respectivas Cartas de Arrematação e Documentos Únicos de Transferência - DUT's, nos casos de veículos, sempre mediante a apresentação do comprovante de pagamento do valor do bem arrematado, devidamente quitado e da Nota Fiscal emitida pelo contratado.
- 5.1.15. Aplicar, quando o caso, ao Contratado, as sanções previstas na lei e no Contrato.



5.2. São obrigações da **CREDENCIADA**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

5.2.1. Entregar o objeto conforme fixado neste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

5.2.2. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.3. Realizar os fornecimentos em perfeitas condições, conforme especificação, prazo e local estipulados, constantes neste Termo de Referência;

5.2.4. Responsabilizar-se tecnicamente pelos objetos constantes deste Termo de Referência;

5.2.5. Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;

5.2.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Credenciante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Credenciante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;

5.2.7. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;

5.2.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Credenciante quanto ao objeto;

5.2.9. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;

5.2.10. Submeter-se à fiscalização da CREDENCIANTE, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento;

5.2.11. Manter durante todo o período de vigência do Termo de Credenciamento as mesmas condições exigidas para habilitação;

5.2.12. Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no Termo de Credenciamento;

5.2.13. Zelar para que seu pessoal mantenha a disciplina nos locais da prestação, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo Município de Barão de Cocais, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e a substituição



de qualquer empregado da empresa a ser credenciada que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória;

5.2.14. Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o Termo de Credenciamento, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;

5.2.15. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;

5.2.16. Apresentar sempre que solicitado pelo Credenciante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

5.2.17. Submeter-se às normas e determinações do Credenciante no que se referem à execução do objeto;

5.2.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

5.2.19. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

5.2.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.2.21. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.2.22. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.



5.2.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.2.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.2.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

5.2.26. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.2.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.2.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5.2.30. Executar os Leilões do Município, quando houver, sendo que as datas de prestação do serviço serão indicadas previamente para conciliação de agenda na prestação do serviço.

5.2.31. Informar à Contratante qualquer afastamento do leiloeiro do exercício da profissão requerido à Junta Comercial nos termos do artigo 59 da Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022.

5.2.32. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a impostos, fretes, taxas, emolumentos, alvarás, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

5.2.33. O Contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Artigo 120, Lei nº 14.133/2021).



5.2.34. Somente o Contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Artigo 121, caput, Lei nº 14.133/2021)

5.2.35. Adotar as rotinas estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, para execução do objeto.

5.2.36. Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

6.3. **Prazo de execução:** A prestação dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo setor requisitante.

6.4. No âmbito do Município de Barão de Cocais, a licitação na modalidade leilão, realizada em forma eletrônica e, de maneira excepcional, presencial, destinada à alienação de bens imóveis, bem como de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 660, de 29 de julho de 2025, devendo suas disposições ser observadas de forma estrita pelo Leiloeiro Oficial.

6.5. Os serviços serão executados conforme o cronograma estabelecido pela comissão responsável, em conjunto com o Leiloeiro Oficial, contemplando as etapas previstas e os respectivos prazos.

6.6. Compete ao Leiloeiro Credenciado contratado:

6.6.1. Vistoriar e avaliar de bens, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visita, atendimento integral aos interessados e arrematantes, entre outras atividades pertinentes à realização do leilão.

6.6.2. Preparar os bens a serem leiloados, promovendo a identificação dos mesmos, realizando a checagem dos elementos.

6.6.3. Realizar a preparação, avaliação, organização e composição dos lotes conforme a melhor técnica.

6.6.4. Avaliar, elaborar a especificação técnica e sugerir preços mínimos dos bens para o arremate;

6.6.5. Fotografar os bens que serão leiloados e fazer a marcação dos lotes utilizando meios que garantam a fácil identificação;



- 6.6.6. Após a organização e avaliação dos lotes a serem leiloados, o contratado deverá comunicar o fiscal/comissão do contrato;
- 6.6.7. Elaborar e publicar o Edital de Leilão, na forma prevista na legislação;
- 6.6.8. Providenciar a devida publicidade através de imprensa escrita, internet, além de outros meios necessários à ampla divulgação do leilão;
- 6.6.9. Divulgar a realização dos leilões agendados, excetuando-se as publicações de ordem legal que serão realizadas e custeadas pela Administração.
- 6.6.10. Reparar e corrigir todos os atos necessários à efetivação do Leilão de interesse do contratante; acompanhar presencialmente os interessados durante o período de visitação dos lotes e/ou manter preposto para controlar e orientar a referida visitação; disponibilizar representante(s) para acompanhar a comissão de leilões da contratante no período de visitação dos interessados nos bens contemplados no certame.
- 6.6.11. Realizar a sessão pública em formato virtual (via internet), para recebimento de ofertas/lances e arrematação dos bens. O leilão deverá ser realizado em site de ampla divulgação, com fácil acesso aos usuários e em "homepage" que garanta segurança, controle, celeridade, clareza e simplicidade na exposição de dados para efetivação dos arremates; disponibilizar de plataforma virtual que permita a realização de leilões virtuais pela rede mundial de computadores.
- 6.6.12. A utilização de plataforma virtual deverá ser gratuita, ficando impedida a cobrança de qualquer valor a título de inscrição e/ou utilização.
- 6.6.13. Quando o leilão for feito de maneira presencial, organizar o mesmo com pessoal técnico necessário à montagem do evento, instalação de equipamentos de informática (data show, notebook, telão etc.) e a confecção de catálogos, panfletos e cartazes contendo as especificações técnicas dos bens a serem pregados;
- 6.6.14. Emitir os documentos fiscais, se o caso, e de arrematação em leilão, conforme legislação;
- 6.6.15. Apresentar prestação de contas provisória e definitiva, na forma disciplinada em contrato;
- 6.6.16. Providenciar junto à prestação de contas o Auto de Arrematação ou a Ata de Leilão, documentos estes que deverão registrar, resumidamente, tudo o que acontecer no decorrer do leilão;
- 6.6.17. Proceder à inutilização dos chassis, de plaquetas e das placas de identificação dos lotes leiloados, nos casos dos veículos sem condições de



segurança para trafegar em via aberta ao público, ou seja, classificados como sucata.

6.6.18. Realizar os serviços somente se solicitados pelo gestor do contrato ou por alguém por ele designado, sendo vedado o atendimento direto a quaisquer outros não autorizados.

6.6.19. Conferir as informações e documentos recebidos, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei.

6.6.20. Disponibilizar catálogos pertinentes ao leilão os quais deverão estar disponíveis no site do leiloeiro oficial no mínimo em 15 (quinze) dias que antecedem o certame, bem como fornecidos à Administração para permitir a publicação nos meios oficiais desta, mediante a aprovação da Comissão quanto à sua formatação. A ausência de divulgação da descrição correta e restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial.

6.6.21. Confeccionar ou disponibilizar eletronicamente os catálogos do Leilão; se impressos, em papel Couche ou com qualidade superior. Os catálogos, tanto os impressos quanto os eletrônicos, deverão conter informações, sob exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, sendo no mínimo:

- a) Descrição correta dos bens, débitos, ônus, gravames e quaisquer restrições incidentes;
- b) Órgão/Entidade promotor do Leilão;
- c) Data do Leilão, com horário de início e previsão de término; sendo vedada a realização de leilões aos domingos e feriados.
- d) Local do Leilão;
- e) Local de visitação da propriedade, com data, horário de início e término das visitas;
- f) Endereço do escritório, telefones e e-mails de contato do leiloeiro, para dirimirem-se dúvidas e realizarem-se os atendimentos aos arrematantes e à Contratante;
- g) Informações e condições Gerais sobre o Leilão (Resumo do Edital de Leilão).

6.6.22. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo, de responsabilidade do Leiloeiro ou do município efetuar quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.



6.6.23. O Leiloeiro deverá orientar o(s) Arrematante(s) quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, tais como prazos, forma de pagamento, caução etc.

6.6.24. O Leiloeiro deverá remeter ao Contratante, até o 5º (quinto) dia subsequente à realização do leilão, o relatório analítico de prestação de contas, cópias das notas de venda/arrematação e demais documentos previstos em lei.

6.7. **Especificação da garantia do serviço:** O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.8. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

6.9. Da prática de condutas anticorrupção:

6.9.1. Para execução do contrato decorrente do presente instrumento, as partes deverão observar o disposto na Lei n.º 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n.º 8.420/2015.

6.9.2. Fica vedado as partes signatárias do contrato oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

6.10. Da proteção de dados pessoais:

6.10.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei n.º 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente instrumento com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

6.10.2. Para efeitos legais, o município figurará na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos ao contratado para tratamento, sendo este



enquadrado como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, o contratado será o Controlador destes.

6.10.3. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará ao contratado na obrigação de sigilo, cujo teor declarará ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

6.10.4. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do município, com a responsabilização do contratado na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no contrato decorrente do presente instrumento, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

6.10.5. A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pelo contratado após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- b) Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- c) Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

6.10.6. O contratado cooperará com o Município no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.

6.10.7. O Encarregado de dados indicado pelo contratado manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo Município, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa



adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

6.10.8. Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados ao contratado, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável no Município para que decida previamente sobre a questão. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo instrumento e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da LGPD.

6.11. Do credenciamento

6.11.1. Poderá haver o cancelamento do credenciamento do leiloeiro nos seguintes casos:

- a) Receber 03 (três) advertências pelo mesmo motivo;
- b) Recusar-se injustificadamente, ou com justificativa não aceita pela Administração, em assinar o contrato, para a realização das atividades objeto deste edital, ou ainda, não atender à convocação para assinatura do contrato, sem manifestação;
- c) Quando não mantiver as condições de habilitação para fins de credenciamento, ou deixar de atualizar a documentação, após o solicitado;
- d) Tiver decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- e) For apenado com sanções de que trata o art. 156, incisos III e IV, da Lei federal nº 14.133, de 2021, com reflexos nos potenciais contratos a serem derivados do credenciamento;
- f) Ter contra si aplicada a penalidade de suspensão ou destituição previstas na IN DREI nº 52, de 2022;
- g) O credenciamento, como regra, não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes;
- h) O credenciamento, nas hipóteses dos subitens deste documento será conduzido em processo apartado, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- i) Havendo credenciamento do leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando-se os demais.

6.11.2. O credenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo este imediatamente excluído do rol de prestadores credenciados. Ressaltamos que o



Leiloeiro Oficial deverá seguir rigorosamente a Lei Federal n.º 14.133/2021, Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, Decreto n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932, Decreto Municipal n. 660, de 29 de julho de 2025 e das demais legislações pertinentes.

7. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

7.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de Credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da credenciada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do Termo de Credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Termo de Credenciamento, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal do Termo de Credenciamento acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Credenciamento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal prestará apoio técnico e operacional ao gestor do Termo de Credenciamento com informações pertinentes às suas competências;



- 7.9. O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.10. O fiscal emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- 7.11. O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.12. O fiscal comunicará imediatamente ao gestor do Termo de Credenciamento quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do Termo de Credenciamento nas datas estabelecidas.
- 7.13. O fiscal fiscalizará a execução do Termo de Credenciamento para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor do Termo de Credenciamento para ratificação.
- 7.14. O fiscal comunicará ao gestor do Termo de Credenciamento, em tempo hábil, o término do Termo de Credenciamento sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 7.15. O fiscal participará da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do Termo de Credenciamento;
- 7.16. O fiscal auxiliará o gestor do Termo de Credenciamento com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo credenciado;
- 7.17. O fiscal prestará apoio técnico e operacional ao gestor do Termo de Credenciamento, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao Termo de Credenciamento e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- 7.18. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da credenciada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 7.19. O fiscal examinará a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicará ao gestor do Termo de Credenciamento para providências cabíveis;
- 7.20. O fiscal atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportará ao gestor do Termo de



Credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.21. O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto do Termo de Credenciamento, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

Gestor do Termo de Credenciamento

7.22. O gestor do Termo de Credenciamento coordenará as atividades relacionadas à fiscalização;

7.23. O gestor do Termo de Credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Termo de Credenciamento, das ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.24. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do credenciado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.25. O gestor coordenará a rotina de acompanhamento e de fiscalização do Termo de Credenciamento, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e verificar a necessidade de adequações ao Termo de Credenciamento para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.26. O gestor requererá junto à Coordenadoria de Contratos e Atas, em tempo hábil, a renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

7.27. O gestor coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Coordenadoria de Contratos e Atas para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos Termos de Credenciamento, entre outros;

7.28. O gestor elaborará o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do Termo de Credenciamento;

7.29. O gestor coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do Termo de Credenciamento, com apoio dos fiscais;

7.30. O gestor realizará o recebimento definitivo do objeto do Termo de Credenciamento, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

7.31. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.



Gestor: Renato Rocha Rodrigues – Secretário Municipal de Planejamento e Administração

Fiscal: Quênia Cristina Amaro – Diretora do Departamento de Controle Patrimonial

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

Do recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais.

8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de encerramento do leilão.

8.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

8.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do Termo de Credenciamento, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, se for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas.



8.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CREDENCIADA, por escrito, as respectivas correções;

8.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Forma de Pagamento

8.10. O pagamento de cada item ou lote arrematado será feito pelo arrematante diretamente ao Município de Barão de Cocais/MG, conforme especificação do Edital do Leilão. Os valores decorrentes das arrematações serão depositados em conta de titularidade do Município de Barão de Cocais/MG, CNPJ nº 18.317.685/0001-60, Banco (a ser definido), Agência nº (a ser definida) e Conta Corrente nº (a ser definida).

8.11. O pagamento da comissão de 5% relativa a cada item ou lote arrematado será feito pelo arrematante diretamente ao Leiloeiro Oficial.

8.12. O objeto será considerado recebido após a prestação de contas por parte do Leiloeiro contratado, com as respectivas transferências dos recursos arrecadados.

8.13. A remuneração pelos serviços prestados consistirá exclusivamente em comissão a ser paga pelo arrematante dos bens móveis inservíveis do Município de Barão de Cocais/MG levados ao leilão no qual oficiou o credenciado, na proporção de 5% (cinco por cento) do lance vencedor em cada lote ou item arrematado.

8.14. O pagamento da comissão de 5% (cinco por cento) prevista no subitem anterior será feito pelos arrematantes, no prazo e na forma previstos no Edital do Leilão, por meio de transferência ou depósito em conta bancária, que será informada no momento da arrematação.

8.15. No valor da comissão recebido pelo Leiloeiro contratado deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.16. Caberá ao Leiloeiro contratado cobrar a comissão diretamente dos arrematantes dos bens, isentando-se a Contratante de qualquer responsabilidade pela cobrança e, ainda, pelos gastos despendidos pelo Contratado para recebê-la.

8.17. Não será devida ao Leiloeiro contratado qualquer outra remuneração a título de taxa administrativa ou equivalente.

8.18. A Contratante não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos arrematantes.

8.19. A remuneração do leiloeiro contratado para realizar leilão será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor de venda de cada item, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24 do mesmo decreto.

8.20. Considerando que a atividade de leiloeiro pressupõe o risco do negócio, a comissão será devida somente quando houver arrematante e este efetuar o pagamento do bem leiloadado;

8.21. Não cabe à Administração qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo(a) leiloeiro(a) oficial para recebê-la;

8.22. Caso o leilão culmine em licitação deserta ou fracassada, à Administração não caberão quaisquer reembolsos ao(à) leiloeiro(a) oficial contratado(a);

8.23. Caso não ocorra a efetivação da contratação da venda, por erro na publicação ou falha nas informações ou no caso de o leilão público ser suspenso por decisão judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Contratado, sem que isso enseje reembolso por parte do Município;

8.24. Caso a efetivação do negócio não se realize por culpa exclusiva do Município, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo Contratado, tendo o Contratado direito a ressarcimento do respectivo valor a ser efetuado pelo Município de Barão de Cocais/MG;

8.25. Os custos deste contrato correm exclusivamente às expensas dos arrematantes, de modo que não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária, uma vez que não gerará ônus aos cofres públicos;

8.26. Estarão incluídas no preço todas as despesas diretas e indiretas, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outras necessárias a plena execução deste contrato.



8.27. Por não haver pagamento por parte do CONTRATANTE, não se aplicam, a este contrato, eventuais cláusulas de reajuste da avença.

8.28. Do pagamento pelo arrematante:

8.28.1. À vista, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) a partir da homologação do certame;

8.28.2. Depois de efetuado o pagamento o arrematante deverá entregar o comprovante bancário para o(a) responsável a qual dará a ordem para transferência do bem.

8.28.3. Quaisquer ônus fiscais que incidam sobre o leilão correrão por conta do adquirente/arrematante.

8.28.4. Não será aceita desistência total ou parcial do lote. O arrematante ficará responsável pelo pagamento dos lotes por ele arrematados.

8.28.5. O bem só será liberado pela Administração após a confirmação dos pagamentos.

8.28.6. O arrematante que não efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos no item anterior perderá o direito à compra.

8.28.7. Não serão aceitos sinais de garantia da operação ou propostas de pagamento parcelado.

8.28.8. Pagamento efetuados com valores diferentes dos arrematados não serão devolvidos aos depositantes. Neste caso, será instaurado processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades possíveis e o bem arrematado será transferido para o segundo colocado do leilão para aquele lote, observando-se os prazos para pagamento.

8.28.9. O pagamento de cada item ou lote arrematado será feito pelo arrematante diretamente ao Município de Barão de Cocais/MG, conforme especificação do Edital do Leilão. Os valores decorrentes das arrematações serão depositados em conta de titularidade do Município de Barão de Cocais/MG, CNPJ nº 18.317.685/0001-60, Banco (a ser definido), Agência nº (a ser definida) e Conta Corrente nº (a ser definida).

8.28.10. Os pagamentos serão efetuados em conta bancária do Poder Executivo.

8.28.11. A confirmação de pagamento dar-se-á pelo Poder Executivo, restando ao arrematante aguardar a disponibilização do **TERMO DE ARREMATACÃO E AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA**, a ser encaminhado pelo e-mail cadastrado na plataforma, para devida conclusão da contratação.



9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do Credenciamento.

9.1.2. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Credenciamento;

9.1.4. Fraudar o Credenciamento

9.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.1.6. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.1.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.1.8. Pela inexecução do objeto, a Administração aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da comissão recebida sobre todos os lotes;

9.1.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

9.1.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.1.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.3.1.1. e 6.3.1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.1.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.3.1.3, 6.3.1.4 e 6.3.1.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.3.1.1 e 6.3.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.1.13. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9.1.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.1.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá



proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.1.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.1.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.1.18. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.1.19. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, através de procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, c/c com o artigo 79, inciso I da Lei 14.133/2021.

Das condições para participação no credenciamento

10.2. Poderão participar deste credenciamento os leiloeiros oficiais, matriculados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, que atendam aos requisitos e com as exigências contidas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, em conformidade com o disposto no Decreto Federal n.º 21.981/32 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 72/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, todas do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, assim como outras normas que, na superveniência do credenciamento, forem editadas, bem como com o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

10.3. Que disponham de recursos tecnológicos necessários para a realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB;

10.4. Que disponham de sistema (sítio) eletrônico para a inserção do edital de leilão na íntegra, da relação dos lotes, das fotos dos bens a serem leiloados, bem como de avisos relacionados ao assunto, devendo este sistema atender aos seguintes requisitos:



10.4.1. Adequação à disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.4.2. Existência de protocolos de segurança das operações e dos dados inseridos, que garantam confiabilidade das transações e sigilo na identificação dos licitantes durante a fase competitiva.

10.5. Os habilitados comporão o rol de Leiloeiros Oficiais aptos para a realização de leilões destinados à alienação dos bens patrimoniais sem uso ou destino específico, pertencentes ao Município de Barão de Cocais/MG;

10.6. O credenciamento permanecerá aberto, consoante disposições contidas no Art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei 14.133/2021.

10.7. Havendo o protocolo de requerimento de credenciamento por qualquer interessado, o (a) Agente de Contratação, fará a análise do requerimento de credenciamento e respectiva documentação apresentada.

10.8. As documentações deverão ser anexadas exclusivamente por meio da Plataforma eletrônica.

10.9. Das Inscrições

10.9.1. O início do período de inscrições será a partir do dia estabelecido no Edital, podendo ser pleiteado o cadastramento pelo interessado a qualquer tempo, durante a vigência do credenciamento, definida no edital.

10.9.2. Os interessados deverão encaminhar pela Plataforma eletrônica do credenciamento, o requerimento de credenciamento preenchido (ANEXO II), acompanhado de cópias digitalizadas em formato PDF dos documentos relacionados no ITEM “X” do Edital.

10.10. Do sorteio para posterior contratação

10.10.1. Caso haja mais de 01 (um) Leiloeiro Oficial habilitado, com requerimento de credenciamento deferido, será realizado sorteio entre todos, para formação de lista de classificação para posterior contratação.

10.10.2. Até que o Município desenvolva ferramenta eletrônica para o sorteio dos leiloeiros oficiais credenciados, o sorteio será manual, de forma alternada.

10.10.3. O sorteio será realizado pelo Agente de Contratação em sessão pública, mediante divulgação no Sítio Oficial do Município e na Plataforma Eletrônica do credenciamento e será filmado, ficando o vídeo disponível para acesso a qualquer pessoa interessada em assisti-lo.



10.10.4. Após a definição da ordem de classificação, havendo descredenciamento de qualquer leiloeiro oficial, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

10.10.5. O leiloeiro credenciado será convocado, obedecendo à ordem da lista de sorteio, conforme necessidade do município para realizar o leilão.

10.10.6. A ausência de resposta no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, ou negativa, será, automaticamente, excluído da lista. 7.63. Não haverá reconvocação de qualquer Leiloeiro Credenciado depois de convocado e recusado ou contratado uma vez para realizar o Leilão.

10.10.7. Os novos credenciados após a realização do sorteio, sucessivamente, passam a serem classificados como último entre os que ainda não realizarem nenhum leilão.

10.11. Da realização do sorteio

10.11.1. Após concluída a etapa de Credenciamento dos Leiloeiros, será publicada no Sítio Oficial do Município e na Plataforma Eletrônica do credenciamento, a relação dos Leiloeiros Oficiais habilitados para o sorteio.

10.11.2. Concluída a fase recursal, os habilitados serão comunicados via Site Oficial do Município e Plataforma Eletrônica do credenciamento da data e o horário de realização do sorteio para formalização da ordem de contratação do Leiloeiro Oficial.

10.11.3. Todos os proponentes devidamente habilitados até a data da sessão participarão do sorteio destinado à definição da ordem de contratação do Leiloeiro Oficial. A data do sorteio será estabelecida pela Comissão de Leilão, que comunicará ao Agente de Contratação, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o dia e horário designados.

10.11.4. A sessão pública para o sorteio será integralmente gravada, em áudio e vídeo, facultando-se a presença dos interessados e público em geral.

10.11.5. O sorteio será realizado na data e hora previamente informados e acontecerá independentemente da presença dos leiloeiros.

10.11.6. A mídia será anexada aos autos do Processo Administrativo, podendo ser encaminhada para visualização de qualquer interessado que a solicitar, através do e-mail agentedcontratacao@baraodecocalis.mg.gov.br.

10.11.7. Após a realização do sorteio será elaborada uma lista com a ordem sequencial dos Leiloeiros sorteados, que será rigorosamente seguida para a contratação, mantendo-se a sequência a começar pelo primeiro sorteado.



10.11.8. O Leiloeiro que rejeitar a designação ou estiver impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.

10.11.9. Não haverá qualquer obrigação do Município, caso, ao encerramento do credenciamento, algum leiloeiro credenciado não venha a ser convocado para prestar os serviços, em função de sua colocação no banco de credenciados, em conformidade com os critérios estabelecidos neste instrumento.

10.11.10. O Município de Barão de Cocais/MG, poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, por atestados, certidões, declarações e cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar outros documentos ou revalidação dos fornecidos.

10.12. Da Convocação

10.12.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma eletrônica do credenciamento, a partir da data prevista no Edital de Credenciamento.

10.12.2. O Município convocará o credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma.

10.12.3. É dever do credenciado manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos. O e-mail para a convocação será o informado no documento do ANEXO II, preenchido pelo leiloeiro. É de inteira responsabilidade do leiloeiro o preenchimento correto das informações solicitadas, não podendo alegar ausência de recebimento do e-mail ou divergência do mesmo para a sua convocação.

10.12.4. O contrato de credenciamento será enviado a pessoa física / empresa credenciada(s) selecionada(as) pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, deverá devolver o contrato assinado:

10.12.4.1. Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001.

10.12.5. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no item 10.12.2., representará a desistência do credenciado com relação ao procedimento previsto neste Edital.



10.12.6. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado no sítio eletrônico da prefeitura www.baraodecocais.mg.gov.br e na plataforma eletrônica do credenciamento e nos demais meios em se deu a primeira publicação.

10.13. Da Contratação

10.13.1. A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese de Edital de Credenciamento por se caracterizar pela ausência de competição, uma vez que o CONTRATANTE aplicará o percentual máximo de comissão de acordo com a legislação específica de 5% (cinco por cento) sobre os valores arrematados, conforme disposto no §1º art. 7º do Decreto Municipal n. 660/2025.

10.13.2. O Credenciado obriga-se a executar os serviços, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, junto ao pagamento do lance vencedor, não cabendo a Administração a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo arrematante, nem pelos gastos despendidos pelo Credenciado para recebê-la.

10.13.3. Em data e horário a serem fixados no Site Oficial do Município www.baraodecocais.mg.gov.br e na Plataforma eletrônica do credenciamento, desde que analisados os recursos eventualmente dispostos, será realizada a classificação conforme previsto neste documento através de sorteio, caso haja mais de 01 (um) Leiloeiro Oficial habilitado, com requerimento de credenciamento deferido, para definir o ordenamento a ser observado no banco de credenciados para primeira demanda de lotes a serem leiloados. Com o surgimento de novas demandas, a Administração levará em consideração a relação de classificação dos leiloeiros credenciados. Somente participarão do ordenamento os leiloeiros previamente habilitados, conforme as condições de participação pré-estabelecidas no presente Termo de Referência. Para fins de ordenamento, o leiloeiro classificado em primeiro lugar terá precedência sobre o classificado em segundo lugar e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros participantes tenham sido classificados e ordenados no banco de credenciados.

10.13.4. Uma vez realizado a classificação do leiloeiro credenciado, este será convocado para assinar o contrato mediante demanda da parte contratante.

10.13.5. Com o não comparecimento do leiloeiro credenciado no prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento da comunicação para tal, poderá a Administração convocar o leiloeiro classificado na segunda colocação para promover a assinatura do contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao



leiloeiro que possuir precedência na assinatura, na forma do art. 155, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/21.

10.13.6. O Leiloeiro Oficial credenciado obriga-se a executar os serviços, objeto do contrato, recebendo, a título de comissão:

10.13.6.1. Pelos serviços prestados para a realização do Leilão dos Bens Móveis Inservíveis contratados, apenas os valores previstos no item 10.13.1. deste Termo de Referência;

10.13.6.2. A taxa será calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelos Leiloeiros Oficiais credenciado para recebê-la;

10.13.6.3. Não será devido ao Leiloeiro oficial credenciado, nenhum outro pagamento além da indicada no item 10.13.1 deste instrumento;

10.13.7. As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados e desde que atendidos os critérios pré-determinados, poderão ser objetos de pedidos de reembolsos aos leiloeiros quando do ato da Prestação de Contas conforme regulamentados no edital do credenciamento.

10.13.8. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

10.14. Não poderão participar do presente credenciamento os interessados que:

10.14.1. Estiverem suspensos para licitar e contratar com o município contratante, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;

10.14.2. Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.14.3. Seja servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado dos órgãos contratantes, ou que se enquadre em qualquer das hipóteses do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

10.14.4. Não preencherem as condições de credenciamento estipuladas neste instrumento e estiverem com a matrícula de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial respectivo estado da federação;



10.14.5. Em caso de moléstia ou impedimento ocasional, o leiloeiro poderá ser representado pelo seu respectivo preposto, conforme prevê o art. 57 da Instrução Normativa DREI/ME nº 52, de 29/07/2022, em qualquer das fases do presente credenciamento;

10.14.6. O Município poderá revogar o presente credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.

10.15. É vedada a participação de:

10.15.1. Empresas e Consórcios, qualquer que seja sua forma de constituição;

10.16. Estão impedidos de obter o credenciamento os leiloeiros oficiais:

10.16.1. Que não atendam a todos os requisitos previstos neste edital;

10.16.2. Destituídos ou suspensos do exercício da função, nos termos do art. 16 a 18 do Decreto federal nº 21.981/32 e do art. 76 da IN DREI nº 52, de 2022;

10.16.3. Proibidos de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

10.16.4. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.16.5. Estiverem suspensos para licitar e contratar com o Município de Barão de Cocais, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;

10.16.6. Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.16.7. Seja servidor ou ocupante de cargo comissionado do órgão licitante, ou que se enquadre em qualquer das hipóteses do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

10.17. Regime de execução indireta, sob a forma de credenciamento de leiloeiro oficial, com remuneração mediante comissão estabelecida em edital e legislação aplicável.



Exigências de habilitação

10.18. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de **habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista**, conforme disposto no instrumento convocatório.

10.19. Os interessados em se credenciar deverão apresentar:

10.19.1. Modelo padronizado para SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO preenchido e assinado, conforme modelo do ANEXO II;

10.19.2. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.19.3. Certidão da matrícula na Junta Comercial do Estado de MG e comprovação de habilitação leiloeiro público oficial;

10.19.4. Comprovação de idoneidade, com apresentação de certidões emitidas pelos cartórios de distribuição de seu domicílio, de natureza cível e criminal, da Justiça Estadual, e Justiça Federal, bem como dos documentos de habilitação previsto no art. 68, incisos III a VI de Lei 14.133/2021 junto ao seu domicílio;

10.20. Serão admitidas certidões emitidas através da internet desde que no prazo de validade;

10.21. Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões e/ou documentos, sendo o seu fornecimento de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial;

10.22. Não estando previsto o prazo de validade nas certidões e declarações apresentadas, considerar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição;

10.23. O Município realizará consultas no SICAF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, Portal da Transparência, Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU com o objetivo de aferir a regularidade dos participantes;

10.24. Declaração do leiloeiro de que disponibilizará de toda infraestrutura por meio de recursos da tecnologia da informação para promover a modalidade eletrônica;

10.25. Comprovante de endereço atualizado;

10.26. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;

10.27. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no que couber.

10.28. Declaração que não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

10.29. Declaração de que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação;



10.30. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme Modelo do ANEXO V deste Termo de Referência;

10.31. Declaração de que dispõe da infraestrutura mínima, conforme Modelo do ANEXO IV deste Termo de Referência;

10.32. Declaração de que fornecerá controle informatizado dos lotes disponibilizados para o leilão, com fotos e especificações, para consulta em sítio eletrônico (internet);

10.33. Declaração de que possui condições para ampla divulgação da alienação, com a utilização de todos os meios possíveis de comunicação, tais como, catálogos, mídia eletrônica, impressa e telecomunicações de abrangência nacional;

10.34. Declaração de que exercerá o encargo pessoalmente, salvo disposto item 10.14.5.

Qualificação Econômico-financeira

10.35. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado.

10.36. Caso o Leiloeiro tenha optado pelo enquadramento fiscal como empresário individual, nos termos do artigo 58 da Instrução Normativa DRI nº 52/2022, deverá apresentar ainda, a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

Qualificação Técnica

10.37. Apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA para comprovação de que o proponente presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao objeto do credenciamento, ou seja, ter realizado Leilão de Bens Móveis e/ ou imóveis para a Administração Pública.

10.37.1. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, em papel timbrado da Administração Pública tomadora do serviço, contendo identificação do declarante, e-mail e telefone, para eventual diligência.

10.38. Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;

10.39. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que possui condições de realizar Leilão online, atendendo às seguintes exigências:



10.39.1. A descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, bem como dos lotes que não receberam lances após serem ofertados;

10.39.2. Possibilitar o Leilão on-line;

10.39.3. Possibilitar a realização do Leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet;

10.39.4. Possuir mecanismo que permita a apresentação somente de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;

10.39.5. Possibilitar que a cada lance, seja o participante informado, de imediato, do recebimento do lance ofertado;

10.39.6. Possuir site próprio, como titular do domínio, ou assinatura de ferramenta compatível, que possibilite a realização de Leilão pela internet, inclusive com lances on-line, e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados.

10.40. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que divulgará o evento em endereço eletrônico, bem como em material impresso e outros meios de comunicação de grande alcance, de forma a conter, no mínimo, as seguintes informações: características dos bens, fotos, editais, contatos do leiloeiro e outros.

10.41. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que todas as despesas inerentes à execução dos leilões correrão por sua conta, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do Leilão, por decisão judicial ou administrativa.

10.42. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA, expedida pelo proponente, de que não será devida pela Administração nenhuma comissão ao Leiloeiro;

10.43. DECLARAÇÃO, expedida pelo proponente, de que não é servidor, ocupante de cargo em comissão, terceirizado ou estagiário de qualquer Órgão ou Entidade da Administração Direta ou Indireta do Município.

10.44. DECLARAÇÃO de que não se encontra inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

10.45. **Os arquivos anexados pelos interessados, serão exclusivamente em formato PDF, em um só arquivo em ordem cronológica da habilitação ou em vários arquivos com numeração cronológica, com nome do arquivo condizente ao seu conteúdo.**



11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 0,00 (zero reais).

11.1.1. Será segurado aos Leiloeiros credenciados, quando da participação no leilão, um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens arrematados, conforme determinado no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981, de 1932 (com redação dada pelo Decreto nº 22.427, de 1933), garantindo uma remuneração justa e equitativa pelos seus serviços.

11.2. O valor a ser pago pela prestação dos serviços, objeto desse Termo de Referência, foi estabelecido no **Decreto nº 711, de 15 de setembro de 2025**, constante no Anexo I deste Termo de Referência.

11.3. No contexto específico do credenciamento de um leiloeiro, a estrutura da remuneração e a composição da comissão envolvida introduzem desafios que inviabilizam a aplicação de uma estimativa direta do valor de contratação.

11.4. Nos modelos tradicionais de estimativa, são utilizados parâmetros estáticos para determinar um valor monetário aproximado. Entretanto, no caso do credenciamento de leiloeiro, essa abordagem não se mostra adequada, uma vez que a remuneração do profissional credenciado será composta exclusivamente por uma taxa fixa de 5% (cinco por cento) sobre o bem arrematado, paga pelo arrematante, conforme disposto no §1º art. 7º do Decreto Municipal n. 660/2025.

11.5. Adicionalmente, o valor inicial dos itens a serem leiloados não é previamente definido, sendo estabelecido posteriormente por uma comissão responsável, em conjunto com o leiloeiro credenciado. Essa comissão considerará diversos fatores na definição dos valores iniciais, tais como a precificação de mercado, o estado de conservação dos bens, a demanda estimada e outras variáveis pertinentes.

11.6. Dessa forma, a remuneração do leiloeiro está diretamente vinculada aos valores arrematados pelos compradores, o que, aliado à incerteza inerente à definição dos valores iniciais dos itens, torna impraticável a estimativa prévia do valor de contratação para fins de credenciamento.

11.7. Conclui-se, portanto, que a estimativa do valor de contratação no credenciamento de leiloeiro requer uma abordagem dinâmica e orientada por resultados, dada a natureza variável da remuneração e a posterior determinação dos valores iniciais dos bens a serem leiloados.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



12.1. Não haverá despesa decorrente da presente contratação, considerando que o valor estabelecido para a contratação é de R\$ 0,00 (zero) reais, conforme Decreto nº 711 de 15 de setembro de 2025.

13. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. São parte integrante deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

13.1.1. Anexo I - Decreto de Fixação de Valores

13.1.2. Anexo II - Solicitação de Credenciamento

13.1.3. Anexo III – Declaração de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo

13.1.4. Anexo IV - Declaração de Infraestrutura

13.1.5. Anexo V- Declaração de Cumprimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, Constituição Federal

Barão de Cocais/MG, *data da assinatura eletrônica.*

Elaborado¹ por: Ana Cláudia da Motta - Coordenadoria de Termo de Referência

Aprovado por:

Renato Rocha Rodrigues
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

¹ O Termo de Referência foi desenvolvido pela área administrativa, por meio da Coordenadoria de Termo de Referência, baseando-se nas informações do Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela área requisitante/técnica, bem como em outros documentos relacionados à fase preparatória do processo licitatório em questão.



ANEXO I

DECRETO DE FIXAÇÃO DE VALORES

PROCURADORIA
GERAL MUNICIPAL



DECRETO Nº 711, DE 15 DE SETEMBRO DE 2025.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins nos termos do art. 69 §1º da Lei Orgânica Municipal, que o Decreto nº 711/2025 foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, em 15/09/2025.

JANAINA DAS
GRACAS FARIA Assinado de forma
MACIEL.088136 digital por JANAINA
79661 DAS GRACAS FARIA
1

Dispõe sobre a fixação de preço para credenciamento de Leiloeiros Oficiais que se credenciarem no Processo nº 134/2025–Inexigibilidade nº 058/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS – MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 52, inc. VIII da Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o preço de R\$0,00 (zero reais) a ser pago pelo Município de Barão de Cocais aos Leiloeiros Oficiais que se credenciarem no Processo nº 120/2023 – Inexigibilidade nº 044/2023.

Parágrafo único: Será segurado aos Leiloeiros credenciados, quando da participação no leilão, um percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens arrematados, conforme determinado no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981, de 1932 (com redação dada pelo Decreto nº 22.427, de 1933), garantindo uma remuneração justa e equitativa pelos seus serviços.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Barão de Cocais, 15 de setembro de 2025.

GERALDO ABADE DAS Assinado de forma digital por
DORES:31863965653 GERALDO ABADE DAS
DORES:31863965653
Data: 2025.09.15 14:44:31 -03'00'

GERALDO ABADE DAS DORES

Prefeito Municipal de Barão de Cocais

0800-440-4044

Av. Getúlio Vargas, 10 - Centro
Barão de Cocais - MG
35.970-000



PREFEITURA DE
**BARÃO
DE COCAIS**
MAIS PERTO DE VOCÊ!





ANEXO II

MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº ____/2025

- 1. Nome do Leiloeiro:**
- 2. CPF Nº:**
- 3. Nº de Matrícula da Junta Comercial do Estado:**
- 4. Endereço Completo:**
- 5. Telefone:**

Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, conforme acima qualificado, vimos solicitar credenciamento para realizarmos os leilões que se fizerem necessários para o Município de Barão de Cocais/MG, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis, de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos.

Para tanto, apresentamos em anexo os documentos elencados no *item “X” deste Edital*.

Neste ensejo, também declaramos, sob as penas da lei que:

- a) será disponibilizada infraestrutura para promover a modalidade eletrônica, possuindo “site” próprio (*informar o endereço na internet*);
- b) tomamos conhecimento da íntegra do Edital de Credenciamento nº **xx/2025** e seus anexos;
- c) concordamos plenamente com seus termos e atendemos a todas as condições e exigências contidas no Edital de Credenciamento nº **xx/2025**;
- d) cumprimos o disposto no XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) inexistem fato(s) que impeçam nossa habilitação e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências que venham a se verificar posteriormente, caso firmemos contrato com o Município de Barão de Cocais/MG.
- f) o e-mail: _____@_____ (*informar o endereço de e-mail*), como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações, notificações e envio do termo de contrato.

Local e Data.

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO LEILOEIRO OU DE SEU PREPOSTO



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO E INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº ____/2025

O (A) Senhor (a) _____,
(qualificação), Leiloeiro Oficial na forma do Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, com registro ativo na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) sob o n.º _____, portador da identidade civil n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, e endereço _____ profissional _____ na _____ rua/avenida _____ (endereço completo), interessando em participar do Credenciamento Público identificado em epígrafe, promovido pelo Município de Barão de Cocais/MG, DECLARA, sob as penas lei, sua não condição de cônjuge, companheiro(a) ou parente até segundo grau civil de servidor desta Municipalidade, ocupante de cargo de sua administração, bem como que não possui empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento desta Instituição, bem como a prestação de serviço por empregado de empresa fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima, conforme Lei Federal nº 14.133/21.

Barão de Cocais/MG. ____/____/2025.

Assinatura do Declarante



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº ____/2025

O (A) Senhor (a) _____,
(qualificação), Leiloeiro Oficial na forma do Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, com registro ativo na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) sob o n.º _____, portador da identidade civil n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, e endereço profissional _____ na _____ rua/avenida _____ (endereço completo), considerando a sua seleção para atuar em leilões doravante designado LEILOEIRO, na forma do que preceitua o Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, e a Lei n.º 14.133/2021, DECLARA para fins de participação no processo de credenciamento de leiloeiros que tem condições de oferecer, no mínimo, a seguinte infraestrutura:

1. Site próprio que possibilite não só a divulgação, como a realização de leilão pela internet, inclusive com lances on-line, bem como possibilite a venda direta e permita a visualização de fotos dos bens ofertados e permita lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.
2. Mecanismo que permita a realização do leilão, com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente.
3. Projeção em tela da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.
4. Possibilidade de recebimento e a inserção na internet dos lances prévios remetidos via e-mail ou entregues pessoalmente, informando o nome empresarial/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG, telefone.
5. Mecanismo que somente permita a apresentação de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.



6. Possibilidade que a cada lance ofertado, via internet ou verbalmente, seja o participante imediatamente informado de seu recebimento segundo condições que lançou.

7. Sistema de logística para armazenamento e guarda dos produtos, funcionários para a organização do depósito, e também no acompanhamento dos clientes em visita nos dias em que antecedem os leilões.

Por ser verdade, firmo o presente.

Barão de Cocais/MG. ____/____/2025.

Assinatura do Declarante



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO
XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº ____/2025

O (A) Senhor (a) _____,
(qualificação), Leiloeiro Oficial na forma do Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa (IN) DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela IN DREI/ME n.º 74/2022 e pela IN DREI/ME n.º 88/2022, com registro ativo na Junta Comercial do Estado de MG (JUCEMG) sob o n.º _____, portador da identidade civil n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, e endereço profissional na rua/avenida _____ (endereço completo), profissional interessando em participar do Credenciamento Público identificado em epígrafe, promovido pelo Município de Barão de Cocais/MG, DECLARA, sob as penas lei, que não emprega profissionais menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos em quaisquer trabalhos, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Barão de Cocais/MG. ____/____/2025.

Assinatura do Declarante